

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora e na sede da Pentágono.

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.
- CNPJ/MF: 04.032.433/0001-80
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Cristiane Barretto Sales
- Atividades: a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/08/2012
- Data de Vencimento (de ambas as séries)\*: 15/12/2021

\*Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
  - (i) 1ª Série: CONTAX12/ BRCTAXDBS021;
  - (ii) 2ª Série: CONTAX22/ BRCTAXDBS039.
- Coordenador Líder: N/A
- Destinação dos Recursos: Os recursos decorrentes da Emissão serão destinados ao repasse de recursos à sociedade controlada CONTAX S.A., para execução dos seus planos de investimentos de 2011 a março/2013, que têm por objetivo o investimento na expansão e modernização da capacidade instalada de posições de atendimento, considerando investimentos em infraestrutura, mobiliário e treinamento.

- Tipo de Emissão: Emissão Privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a primeira com garantia flutuante e a segunda com garantia fidejussória, conjugadas com bônus de subscrição.
  - Bônus de subscrição: será atribuído como vantagem adicional aos subscritores da Emissão de Debêntures, o direito de subscrever ações preferenciais de emissão da Emissora.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.
  2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 20/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação que refletiu o novo número de ações do capital social da Companhia, bem como aprovou a conversão das ações preferenciais em ordinárias, o grupamento das ações e o cancelamento das UNITs da Companhia.

Em AGE, realizada em 28/12/2016, foi aprovada a alteração do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação de modificação da periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da Companhia.
  3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado holding;

→ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

→ Liquidez Geral: de 0,61 em 2015 para 0,74 em 2016;

→ Liquidez Corrente: de 0,54 em 2015 para 1,39 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 0,54 em 2015 para 1,39 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,91 em 2015 para 0,95 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 1113,5% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve um aumento de 1056,2% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 563,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 76,7% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 6,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: IPCA/IBGE; e (ii) 2ª Série: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 6,50% a.a.; e (ii) 2ª Série: 1,5% a.a., acima da TJLP, acrescida de 1% a.a.

Mecanismo de Step Up\*: A Remuneração das Debêntures poderá ser acrescida de sobretaxa, bem como poderão ocorrer amortizações extraordinárias, a partir do exercício social de 2017, inclusive, conforme previsto na Escritura de Emissão.

\*Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização Extraordinária:

10/10/2016 – R\$ 232,65030800

15/12/2016 – R\$ 0,36482600

Juros:

10/10/2016 – R\$ 17,42387393

15/12/2016 – R\$ 0,03175770

Prêmio:

26/02/2016 – R\$ 1,308866

→ 2ª Série:

Amortização Extraordinária:

10/10/2016 – R\$ 110,11995

15/12/2016 – R\$ 0,17204102

Juros:

10/10/2016 – R\$ 6,9215538

15/12/2016 – R\$ 0,0135690

Prêmio:

26/02/2016 – R\$ 0,630196967

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

CONTAX12 - 1ª Série:

Quantidade em circulação: 126.719

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 126.719

CONTAX22 - 2ª Série:

Quantidade em circulação: 126.719

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 126.719

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;

- Amortização: conforme item 4 acima;
  - Conversão: não houve;
  - Repactuação: não aplicável;
  - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
  - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Adicionalmente, a Emissora obriga-se, durante a vigência das Debêntures, a observar os índices financeiros previstos na Cláusula III, item 22.1, alínea “o” e, no que se refere à distribuição de dividendos, observar o índice financeiro previsto na Cláusula III, item 23.1, alínea “(z)”, da Escritura de Emissão\*.

De acordo com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão, a Companhia fica dispensada do atendimento e manutenção dos índices financeiros acima referidos, a partir do 3º Trimestre do exercício social de 2015 até o 4º Trimestre do exercício social de 2016, inclusive.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

(i) Não cumprimento de obrigações não pecuniárias\*\*.

\*Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.

\*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe [comunicados@pentagonotrustee.com.br](mailto:comunicados@pentagonotrustee.com.br), ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da 1ª Série terão garantia flutuante, e as debêntures da 2ª Série terão garantia de fiança bancária, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.





Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

<b>ATIVO</b>	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.760	6.743	323.923	369.517
Contas a receber de clientes	8	-	-	386.776	328.496
Saldo a receber de partes relacionadas	32	255.103	636.233	-	-
Tributos a recuperar	9	858	1.744	66.375	59.235
IR e CS a recuperar	11	8.372	9.959	44.168	56.880
Depósitos judiciais	10	-	-	-	23.111
Despesas antecipadas e demais ativos	12	1.105	4.874	26.689	26.656
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>272.198</b>	<b>659.553</b>	<b>847.931</b>	<b>863.895</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos judiciais	10	7.126	485	359.509	286.031
Tributos a recuperar	9	-	-	2.774	487
IR e CS a recuperar	11	-	-	-	249
IR e CS diferidos a recuperar	11	18.613	-	337.260	311.372
Saldo a receber de partes relacionadas	32	748.375	513.884	-	-
Despesas antecipadas e demais ativos	12	-	-	31.766	30.188
		<b>774.114</b>	<b>514.369</b>	<b>731.309</b>	<b>628.327</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Investimento em controladas	13	155.043	142.545	-	-
Imobilizado	15	-	-	150.529	373.298
Intangível	16	-	-	412.887	755.848
		<b>155.043</b>	<b>142.545</b>	<b>563.416</b>	<b>1.129.146</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>929.157</b>	<b>656.914</b>	<b>1.294.725</b>	<b>1.757.473</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.201.355</b>	<b>1.316.467</b>	<b>2.142.656</b>	<b>2.621.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>PASSIVO</b>	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Debêntures	17	5.036	696.756	5.036	696.756
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	57.317	161.308
Obrigações com arrendamento mercantil	22	-	-	1.966	2.014
Fornecedores	19	1.202	1.661	159.452	243.049
Antecipação de fornecedores	20	-	-	66.774	63.124
Salários, encargos sociais e benefícios	21	448	287	214.809	278.857
Tributos a recolher	23	1.245	931	58.287	71.542
IR e CS a recolher	11	-	-	18.429	16.136
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	-	-	91	15.768
Dividendos a pagar		20.723	25.862	20.723	25.862
Saldo a pagar à partes relacionadas	32	-	17.505	-	-
Contraprestação contingente		-	-	227	227
Demais obrigações		-	-	5.711	15.156
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>28.654</b>	<b>743.002</b>	<b>608.822</b>	<b>1.589.799</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Debêntures	17	1.156.980	400.100	1.156.980	400.100
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	206.702	305.187
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	220	-	140.085	94.693
Obrigações com arrendamento mercantil	22	-	-	4.946	6.965
Encargos sociais sobre salários	21	-	-	559	-
Tributos a recolher	23	106	-	1.100	1.897
IR e CS diferidos a recolher	11	2.565	2.672	8.524	47.819
Demais obrigações		-	-	2.107	4.214
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.159.871</b>	<b>402.772</b>	<b>1.521.003</b>	<b>860.875</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.188.525</b>	<b>1.145.774</b>	<b>2.129.825</b>	<b>2.450.674</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	25	188.866	181.638	188.866	181.638
Outras reservas	25	(33.162)	(33.237)	(33.162)	(33.237)
Ações em tesouraria	25	(20.097)	(20.097)	(20.097)	(20.097)
Outros resultados abrangentes	25	(8.539)	82.692	(8.539)	82.692
Prejuízo acumulado	25	(114.238)	(40.303)	(114.238)	(40.303)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<b>12.830</b>	<b>170.693</b>	<b>12.830</b>	<b>170.693</b>
Participação de não controladores		-	-	1	1
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.830</b>	<b>170.693</b>	<b>12.831</b>	<b>170.694</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.201.355</b>	<b>1.316.467</b>	<b>2.142.656</b>	<b>2.621.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Anexo 2

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
<b>Operação em continuidade</b>					
Receita operacional líquida	26	-	-	2.042.605	2.395.671
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(1.948.171)	(2.334.737)
Lucro operacional bruto		-	-	94.434	60.934
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	27	-	-	(3.133)	(11.955)
Gerais e administrativas	27	(19.035)	(5.132)	(245.011)	(285.966)
Pagamento baseado em ações	27	(75)	(394)	(75)	(394)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(239.706)	(280.029)	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	28	(5.010)	30.717	13.213	61.981
		(263.826)	(254.838)	(235.006)	(236.334)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(263.826)	(254.838)	(140.572)	(175.400)
Receitas financeiras	29	143.151	168.085	88.513	50.966
Despesas financeiras	29	(173.777)	(164.793)	(260.881)	(233.605)
		(30.626)	3.292	(172.368)	(182.639)
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(294.452)	(251.546)	(312.940)	(358.039)
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	11	-	(7.085)	(12.537)	(12.279)
Diferido	11	18.613	(2.732)	116.112	108.955
		18.613	(9.817)	103.575	96.676

Resultado líquido das operações continuadas		<u>(275.839)</u>	<u>(261.363)</u>	<u>(209.365)</u>	<u>(261.363)</u>
<b>Operação descontinuada</b>					
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>201.904</u>	<u>34.585</u>	<u>201.904</u>	<u>34.585</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	11	-	-	(68.647)	-
Diferido	11	-	-	2.173	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(66.474)</u>	<u>-</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	14	<u>201.904</u>	<u>34.585</u>	<u>135.430</u>	<u>34.585</u>
(Prejuízo) líquido do exercício		<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>	<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>
(Prejuízo) líquido atribuível a:					
Acionistas da controladora		<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>	<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>
		<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>	<u>(73.935)</u>	<u>(226.778)</u>
(Prejuízo) por ação:					
Ações ordinárias (centavos por ação)	30	(21,6098)	(66,4769)	(21,6098)	(66,4769)
Ações preferenciais (centavos por ação)	30	-	(65,9171)	-	(65,9171)
Diluído					
Ações ordinárias (centavos por ação)	30	(21,5305)	(66,4204)	(21,5305)	(66,4204)
Ações preferenciais (centavos por ação)	30	-	(65,7994)	-	(65,7994)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Anexo 3

### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Contax Participações S.A.  
São Paulo – SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Contax Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Contax Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

#### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízos em 2016 e 2015 de, R\$ 73.935 mil e R\$ 226.778 mil, respectivamente, e apresenta patrimônio líquido de R\$ 12.831 mil em 31 de dezembro de 2016, bem como divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Esses eventos ou condições, associados ao fato de as projeções de fluxos de caixa de longo prazo da Companhia considerarem a dependência de recursos de terceiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Reconhecimento da receita – Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa 26, as receitas de prestação de serviço compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço executados de acordo com os diferentes contratos firmados junto aos clientes. Os serviços são faturados e/ ou estimados de acordo com a sua natureza e de acordo com o contrato estabelecido com cada cliente. Como este procedimento envolve certa complexidade pela diversidade de tipos de contratos existentes que pode impactar o valor das contas a receber, receitas e impostos relacionados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Obtivemos o entendimento dos processos de reconhecimento de receita, avaliando a aplicação das normas contábeis relevantes, os contratos e a documentação suporte para medição dos serviços. Adicionalmente, fizemos análise do saldo de receita e testamos, em base amostral, as variações das receitas, através da realização de testes documentais, que incluíram a avaliação sobre a existência e contabilização das receitas no período adequado. Realizamos ainda, em base amostral, testes documentais sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes às prestações de serviços realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de “corte” da receita), através do confronto entre as notas emitidas, aceite do cliente e provisão de faturamento. Também consideramos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

#### Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (ativos fiscais diferidos) - Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa 11, os ativos fiscais diferidos da Companhia foram constituídos sobre diferenças temporárias, essencialmente decorrentes de provisões, e prejuízos fiscais acumulados ao longo dos últimos anos. A Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos na apuração do lucro tributável futuro, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como na determinação do prazo de utilização, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo



método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia.

#### **Provisão e passivos contingentes - trabalhistas - Consolidado**

Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas que surgem no curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes, utilizando dados históricos dos processos antecedentes a 31 de dezembro de 2016. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, que pode impactar o valor reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos trabalhistas. Efetuamos testes documentais com base em amostragem para avaliar se os controles mantidos pela Companhia para o cálculo da provisão para contingência com base no histórico dos processos está adequado. Efetuamos confirmação dos processos com os advogados externos da Companhia e confrontamos com os controles do departamento Jurídico interno da Companhia para certificarmos sobre a existência, valorização e integridade dos dados constantes nestes controles. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Leslie Nares Laurenti

Contadora CRC 1SP215906/O-9